



## CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

---

### ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

# FLASH

# 4983

**Presidente da Mesa Diretora:** Tarcísio Iran Rêgo

**Espécie:** Projeto de lei

**Categoria:** Pendentes, rejeitados, sobrestados, prejudicados, retirados de pauta, não votados

**Autoria:** Eurípedes Xavier Souto

**Data:** 04/05/1999

**Descrição Sumária:** PROJETO DE LEI S/Nº/99. (REJEITADO). Altera o artigo 3º da Lei nº 2.693, de 22/03/1999, que disciplina a concessão de gratuidade no serviço de transporte coletivo urbano de Montes Claros.

**Controle Interno – Caixa:** 27.3

**Posição:** 04

**Número de folhas:** 06

---

Espécie: Ph  
Categoria: Pendentes  
U: 27.3  
Ordem: 04  
nº fls: 03



## Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_\_/99

AUTOR:

VEREADOR EURÍPEDES XAVIER SOUTO

ASSUNTO:

ALTERA O ART. 3º DA LEI Nº 2693/99 QUE DISCIPLINA  
GRATUIDADE NO TRANSPORTE COLETIVO DE MONTES CLAROS.

Caixa

### MOVIMENTO

- 1 - ENTRADA EM 04/05/99
- 2 - À COM. DEG. JUSTIÇA.
- 3 - SOLICITAÇÃO P/ VENERAR O TONY
- 4 - CÂMARA. POR 15 DIAS.
- 5 - VISTAS P/ 3 DIAS.
- 6 - REJEITADO
- 7 - \_\_\_\_\_
- 8 - \_\_\_\_\_
- 9 - \_\_\_\_\_
- 10 - \_\_\_\_\_



## CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS


### JUSTIFICATIVA AO PROJETO DE LEI QUE ALTERA O ARTIGO 3.º DA LEI N.º 2693, DE 22 DE MARÇO DE 1999, QUE DISCIPLINA A CONCESSÃO DE GRATUIDADE NO SERVIÇO DE TRANSPORTE COLETIVO URBANO DE MONTES CLAROS.

Com a publicação da Lei 2693, de 22 de março de 1999, ficou revogada a Lei 2648, de 17 de novembro de 1998, que instituiu a *"Carteira do Portador de deficiência no transporte coletivo urbano de Montes Claros, extingue o Vale Deficiente e dá outras providências"*. Essa lei, em seu artigo 2º definia que *"A Carteira do Deficiente Físico será fornecida gratuitamente pelo Município a todos os portadores de deficiência física, visual, auditiva ou mental que residam no Município de Montes Claros, como forma de assegurar-lhes a efetiva utilização do benefício da gratuidade a que têm direito legal no transporte coletivo urbano municipal"*, beneficiando diretamente os portadores de deficiência auditiva ou mental.

A partir do dia 15/04/99, data da publicação da Lei 2693, e conseqüente revogação da lei anterior (Lei n.º 2648), um grande transtorno tem sido causado, prejudicando sobretudo as pessoas mais carentes da nossa cidade, especialmente os estudantes de escolas especiais. Em reunião com a diretora, professores, alunos e pais de alunos da Escola Estadual Abdias Dias de Souza, por exemplo, constatou-se que um grande número de alunos ali matriculados deixaram de freqüentar aquele educandário, pois tiveram suas "carteirinhas" recolhidas e a maioria dos pais não pode arcar com as despesas de transporte de seus filhos.

A gratuidade no transporte coletivo urbano para os deficientes auditivos ( surdos-mudos ) já é um benefício oferecido por importantes municípios brasileiros a seus cidadãos. Montes Claros não pode deixar de dar este passo para progresso da humanização do nosso espaço urbano. Espera-se, portanto, a sensibilidade dos nobres pares desta Casa e conseqüente aprovação deste projeto.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Montes Claros (MG), 04 de maio de 1999.

  
Vereador Lipa Xavier  
PCdoB



Segue parecer, justificando o pedido de  
Voto, em favor, e em uma lauda.  
em 31.05.99.

Viceador   
José Carlos



## CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

### PROJETO DE LEI N.º /99


***“Altera o artigo 3.º da Lei n.º 2693, de 22 de março de 1999, que disciplina a concessão de gratuidade no serviço de transporte coletivo urbano de Montes Claros.”***

A Câmara Municipal de Montes Claros (MG) aprova e eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1º- O artigo 3.º da Lei n.º 2693, de 22 de março de 1999, passa a vigorar com a seguinte redação:

Artigo 3.º - Para os efeitos desta Lei, consideram-se deficientes físicos as pessoas portadoras de deficiência auditiva (surdas-mudas), as pessoas que tenham prejudicada, de forma congênita ou adquirida, a capacidade de locomover-se e aquelas cuja acuidade visual, corrigida nos dois olhos com lente de contato ou óculos, seja igual ou inferior a 10% ( dez por cento), ou que tenham campo visual tubular restrito a, no mínimo, 20º ( vinte graus).

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Montes Claros (MG), 04 de maio de 1999.

  
Vereador Lipa Xavier  
PCdoB

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS  
A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO  
E JUSTIÇA  
EM 05 DE MAIO DE 1999  
\_\_\_\_\_  
PRESIDENTE

*É legal e constitucional.*

*Tancredos Mamede*  
*Adem Leal*



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS  
REJEITADO EM DISCUSSÃO POR  
ÚNICA  
EM 03 DE AGOSTO DE 1999  
\_\_\_\_\_  
PRESIDENTE



# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

## PARECER

### ASSESSORIA JURÍDICA LEGISLATIVA

De autoria do Vereador Eurípedes Xavier Souto, o Projeto de Lei nº \_\_\_\_/99 em tela, “Altera o Artigo 3º da Lei nº 2693/99” que disciplina Gratuidade no Transporte Coletivo de Montes Claros”.

Enviado o projeto a esta assessoria pelo presidente da comissão de Legislação Justiça e Redação, Vereador Tancredo Macedo, passamos a emitir o seguinte parecer:

### FUNDAMENTAÇÃO

A competência para emitir parecer quanto ao aspecto legal, jurídico e quanto a forma técnica de redação, segundo disposições do art. 69 do Regimento Interno da Câmara Municipal é da Comissão de Legislação, Justiça e Redação.

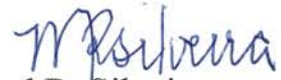
Ao solicitar vista do projeto o Vereador Antônio Câmara, poderia apresentar “substitutivos e emendas ( artigo 209 do Regimento Interno) e nunca um, parecer, uma vez que, a competência neste caso é da comissão para quem foi encaminhado o Projeto de Lei pelo Presidente da Câmara Municipal.

### CONCLUSÃO

Diante do exposto, salvo melhor juízo, entendemos, data vênia, que o parecer do Vereador Antônio Câmara, deve ser desentranhado e devolvido ao seu autor, uma vez que, foi formulado em desacordo com as regras determinadas pelo Regimento Interno, pelo fato de ferir a competência da Comissão de Legislação, Justiça e Redação, para quem foi aberta vista para se pronunciar a respeito da matéria quanto à Constitucionalidade .

Este o nosso parecer.

Sala da Assessoria Jurídica, 02 de agosto de 1999

  
Manoel R. Silveira  
Assessor Jurídico